



Disponibilizado no D.E.: 27/11/2024
Prazo do edital: 05/12/2024
Prazo de citação/intimação: 12/12/2024

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Minas Gerais
Secretaria Única das Varas de Execução Fiscal e Ext. de Belo Horizonte

Avenida Álvares Cabral, 1807 - Bairro: Santo Agostinho - CEP: 30170-001 - Fone: (31) 3501-1010 - sjmg.trf6.jus.br -
Email: seexec.mg@trf6.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0003328-26.2018.4.01.3820/MG

EXEQUENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS

EXECUTADO: GOOD LIFE SAUDE LTDA

ADVOGADO(A): MARCIO GUIMARAES MOREIRA (OAB MG053187)

ADVOGADO(A): EUGENIO GUIMARAES CALAZANS (OAB MG040399)

PERITO: ANGELA SARAIVA PORTES SOUZA

EDITAL Nº 380001038956

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O leilão ocorrerá na modalidade exclusivamente eletrônica, podendo ser transmitido ao vivo, e realizado nos sites: **www.saraivaleiloes.com.br** e **www.marcoantonioleiloeiro.com.br**, onde foi publicado o presente edital (art.887, §2º, CPC).

INFORMAÇÕES: Sites informados pela leiloeira ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451.

DATA DO LEILÃO: 04/12/2024 a partir das 9h00min. Se não for vendido, será realizado o 2º leilão no dia 12/02/2025 no mesmo horário e condições.

ENCERRAMENTO DO LEILÃO: Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse até as 17h00min, podendo ser prorrogado enquanto houver disputas.

LANCE MÍNIMO: No 1º leilão, o lance mínimo para arrematação será de 100% (cem por cento) do valor da avaliação, e, no 2º leilão, o lance mínimo será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, reputando-se vil preço inferior a este último percentual, nos termos do art. 891 do CPC.

DESCRIÇÃO DO BEM: Lote nº 04B, da quadra nº 24, do bairro Jardim Recreio Vianópolis, Betim/MG, com área de 1.500m², e suas respectivas benfeitorias, com os seguintes limites e confrontações: 25,00 m de frente para a Rua Rita Saraiva de Oliveira; 60,00 m do lado direito com o lote 04C; 60,00 m do lado esquerdo com o lote 03; e 25,00 m nos fundos com o lote 09. **AVALIAÇÃO:** R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em 28/11/2022. **EVENTO 56 – OUT1**

ENDEREÇO DO BEM: descrito acima.

DEPOSITÁRIO: Sérgio Soares de Araújo, MG7.561.902 e CPF: 036.164.226-12, residente na Rua Elenis de Souza Gouveia, 50, bloco 2, apto, 607, Caiçara, Belo Horizonte/MG. **EVENTO 62 – COMP2**

0003328-26.2018.4.01.3820

380001038956.V18



Disponibilizado no D.E.: 27/11/2024
Prazo do edital: 05/12/2024
Prazo de citação/intimação: 12/12/2024

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Minas Gerais
Secretaria Única das Varas de Execução Fiscal e Ext. de Belo Horizonte

ÔNUS: Ajuizamento de Ação de Execução Proc. nº 0333710-29.2014.8.13.0027 - 2a Vara Cível da Comarca de Betim/MG (Av-1); Arrolamento de Bens em favor da Receita Federal de Contagem/MG (Av-2); Ajuizamento de Ação de Execução e Penhora Proc. nº 5009121-53.2017.8.13.0027 - 4a Vara Cível da Comarca de Betim/MG (Av-4 e R-6); Indisponibilidade Proc. nº 5098213-51.2017.8.13.0024 - Centrase Cível de Belo Horizonte/MG (Av-7); Penhora Proc. nº 1004751-33.2020.4.01.3820 - 3a Vara Federal de Execução Fiscal da SSJ Contagem/MG (R-9); Indisponibilidades Proc. nº 500394494.2021.8.13.0342 - 3a Vara Cível da Comarca de Ituiutaba/MG (Av-11 e Av-15); Penhora destes autos (R-12); Indisponibilidade Proc. nº 5000042-57.2020.8.13.0702 - 10a Vara Cível da Comarca de Uberlândia/MG (Av-13); Penhora Proc. nº 5013538-33.2022.8.13.0105 - 6a Vara Cível da Comarca de Governador Valadares/MG (R-14); Bloqueio Judicial Proc. nº 1836265-18.2009.8.13.0027 - Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Autarquias, de Registros Públicos e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Betim/MG (Av-16); MATRÍCULA: 160.237 no Cartório de Registro de Imóveis de Betim/MG. ANOTAÇÕES AVERBADAS NAS MATRÍCULAS ATÉ O DIA 17/06/2024: Observação: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após esta data. **EVENTO 92 – OUT3**

VALOR DO DÉBITO: R\$612.277,46 (seiscentos e doze mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos) – atualizado em 12/07/2021 – **EVENTO 25 – PET_INTERCORRENTE2**

DO PAGAMENTO: O leilão será aberto para pagamento à vista e parcelado. Na hipótese de oferta parcelada a entrada deverá ser obrigatoriamente de no mínimo 25%, e o restante em até no máximo 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data de arrematação e corrigidas pelo INPC. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema automaticamente não receberá mais oferta parcelada.

a) O pagamento da arrematação será feito através de guia judicial que será encaminhada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro.

b) O lance para pagamento à vista, não poderá ser convertido em parcelado. Caso o arrematante faça a conversão por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor da Leiloeira o valor pago a título de comissão, se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada.

c) Na arrematação à vista, o valor deverá ser integralmente pago impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado a Leiloeira no e-mail **financeiro@saraivaleiloes.com.br**, na mesma data, até às 16 horas.

d) Na arrematação parcelada, o valor da entrada, deverá ser integralmente pagas impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequente ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado a Leiloeira no e-mail **financeiro@saraivaleiloes.com.br**, na mesma data, até às 16 horas.



Disponibilizado no D.E.: 27/11/2024
Prazo do edital: 05/12/2024
Prazo de citação/intimação: 12/12/2024

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Minas Gerais
Secretaria Única das Varas de Execução Fiscal e Ext. de Belo Horizonte

e) Na hipótese de pagamento parcelado, as parcelas serão pagas através de guia de depósito judicial, vinculada ao processo, que será expedida pelo próprio arrematante no site da Caixa Econômica Federal, devendo este comprová-lo mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada nos autos.

f) O arrematante pagará a leiloeira, à vista, 5% (cinco) de comissão no ato da arrematação, que será depositada na integralidade, **mediante depósito judicial junto à CEF/PAB Justiça Federal**, na data do leilão ou no dia subsequente, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 16:00 horas da mesma data.

g) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até quitação.

h) No caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

i) Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pela Resolução nº 236/2016 do CNJ; Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pela Leiloeira Ângela Saraiva Portes Souza, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 30min. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2º) A Leiloeira não se responsabilizará por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo de acesso ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

3º) A Leiloeira não se enquadra na condição de fornecedora, intermediária, ou comerciante, sendo mera mandatária, ficando assim, eximida de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

4º) Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pela Leiloeira Oficial para qualquer ajuste e/ou informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de



Disponibilizado no D.E.: 27/11/2024
Prazo do edital: 05/12/2024
Prazo de citação/intimação: 12/12/2024

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Minas Gerais
Secretaria Única das Varas de Execução Fiscal e Ext. de Belo Horizonte

contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

5º) Na hipótese de inadimplemento da arrematação a Leiloeira fica autorizada a aproveitar o lance subsequente do licitante que mantiver a proposta.

6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá realizar o cadastro e se habilitar nos sites: (www.saraivaleiloes.com.br ou www.marcoantioleiloeiro.com.br) e, somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login, poderá ofertar os lances.

7º) Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas www.marcoantioleiloeiro.com.br e www.saraivaleiloes.com.br, o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob os codinomes “Lancador site Marco Antonio” e “Lancador - site Saraiva”.

8º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

9º) Todas as despesas e os custos relativos à transferência patrimonial dos bens correrão por conta e risco do arrematante, não podendo este alegar desconhecimento das condições ora estabelecidas.

10º) Caberá, ao interessado, verificar a existência de débitos tributários, bem como aqueles relativos às taxas/despesas condominiais e/ou quaisquer outros eventuais débitos que recaiam sobre o bem objeto da hasta pública.

11º) O arrematante deve efetuar o pagamento das custas referente à arrematação, correspondente a 0,5% (meio por cento) do respectivo valor, conforme Tabela III da PORTARIA-PRESI 7672502, de 19/02/2019, conforme despacho de id 1508301356.

12º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visita com horário pré-agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

13º) O Tribunal Regional Federal da 6ª Região, reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão. 15º) Nos termos do art. 887 §2º do CPC, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br.

14º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.



Disponibilizado no D.E.: 27/11/2024
Prazo do edital: 05/12/2024
Prazo de citação/intimação: 12/12/2024

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Minas Gerais
Secretaria Única das Varas de Execução Fiscal e Ext. de Belo Horizonte

15º) A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

16º) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos.

17º) Ficam desde já intimados do leilão (1ª e 2ª data, se houver), os coproprietários, hipotecários ou fiduciários, as partes, seus cônjuges se casados forem, credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas, inclusive os que tiverem em local incerto e não sabido.

18º) Os gravames judiciais e as averbações premonitórias constantes da matrícula do imóvel não impedem o registro da carta de arrematação ou adjudicação, mesmo quando originários de processos distintos do que deu origem à arrematação ou adjudicação, devendo o interessado formular pedido de cancelamento diretamente à autoridade que determinou o gravame ou à que expediu a Carta de Arrematação ou Adjudicação caso não seja feito de ofício.

19º) A Leiloeira não é responsável por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

20º) Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital.

Observações: O processo tramita no sistema eletrônico EPROC e os seus documentos podem ser visualizados mediante utilização da chave de acesso abaixo informada, através do site:

https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=processo_consulta_publica

Chave do processo: 773160032924

Juízo Federal da 6ª Vara Federal de Execução Fiscal e Ext. de Belo Horizonte

Endereço da Central de Atendimento: Avenida Álvares Cabral, 1807, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG; acesso ao e-mail no link: **<https://portal.trf6.jus.br/central-de-atendimento/contato/>**; telefone: (31) 3501-1010. Horário de 12h às 18h.

0003328-26.2018.4.01.3820

380001038956.V18



Disponibilizado no D.E.: 27/11/2024
Prazo do edital: 05/12/2024
Prazo de citação/intimação: 12/12/2024

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Minas Gerais
Secretaria Única das Varas de Execução Fiscal e Ext. de Belo Horizonte

**P/ Diretor(a) da Secretaria Única de Execução Fiscal e Extrajudicial da
SSJ-BH**

Documento eletrônico assinado por **ALESSANDRA BOTELHO RIBEIRO, Diretora de Secretaria Substituta**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.trf6.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **380001038956v18** e do código CRC **ea1aa418**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): ALESSANDRA BOTELHO RIBEIRO
Data e Hora: 26/11/2024, às 16:37:41

0003328-26.2018.4.01.3820

380001038956.V18